

Negociação da dívida abre o caminho ao FMI

Nunca o governo brasileiro ousou tanto na renegociação da dívida externa do País, como em 1987. Mas o governo Sarney termina o ano como começou, com o País mergulhado na crise cambial, às portas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e com a moratória parcial de fevereiro rotulada de aventura in-conseqüente.

Bem que 1987 começou animador. Em janeiro, o Brasil concluiu o acordo formal com os credores governamentais, no âmbito do Clube de Paris. Esse acordo permitia o reescalamento, por seis anos, incluídos três de carência, de 3,8 bilhões de dólares de principal e juros da dívida a organismos governamentais, vencida em 1985 e 1986.

O efeito positivo do acordo com o Clube de Paris para o encaminhamento das negociações com os credores privados durou somente um mês. Em fevereiro, ao completar o quarto mês de déficit comercial e com as reservas prontas abaixo de 4 bilhões de dólares, o governo brasileiro suspendeu os pagamentos de juros da dívida bancária de médio e longo prazos.

Mas, ao contrário do que ocorreu no governo Figueiredo, o presidente José Sarney e o então ministro da Fazenda, Dilson Funaro, não buscaram uma solução negociada para a incapacidade do Brasil manter os juros em dia. Preferiram o caminho da "bravata" e, justamente

por discordar dos termos da moratória unilateral, Fernão Bracher abandonou a presidência do Banco Central e a condução dos entendimentos com os bancos credores.

O sucessor de Funaro no Ministério da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, lançou o seu plano, à base de desaquecimento interno, via arrocho salarial, e estímulo às exportações, através da desvalorização real do câmbio.

Com os números favoráveis da balança comercial em mãos e reconduzido à função de principal renegociador da dívida brasileira, Fernão Bracher retomou as conversações concretas com os bancos credores. O governo brasileiro não obteve, porém, concessões dos credores para justificar perante o PMDB e à opinião pública o fim da moratória e a ida do FMI. Somente no início de novembro, Bracher conseguiu fechar um tímido acordo provisório para o refinanciamento parcial dos juros devidos em 1987.

A implementação deste acordo provisório ficou para 1988. No último dia 18, Bresser Pereira calu do Ministério da Fazenda por sequer conseguir obter do presidente José Sarney o apoio a um programa econômico austero, dentro do figurino do FMI. O fim do impasse da dívida exige um basta às experiências e a volta à ortodoxia plena do FMI, sem ilusões para 1988.